



RECOMENDAÇÃO CDS

Pela reabertura da atividade tauromáquica

Por proposta apresentada pelos eleitos da CDS-PP, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida, em sessão ordinária, no dia 26 de junho de 2020, deliberou aprovar, por maioria, com dezassete votos a favor dos eleitos pela CDU(14), pelo PSD(1) e pelo CDS-PP(2) e dez abstenções dos eleitos pelo PS(8) e pela CDU(2), a seguinte MOÇÃO:

Em 10.03.2020, atendendo à situação de emergência de âmbito internacional gerada pela pandemia de COVID -19, a Direção Geral de Saúde (DGS) recomendou o cancelamento de eventos de massas com o objetivo de evitar a transmissão da doença, entre um elevado número de pessoas, em espaços confinados (cfr. Orientação nº7/2020, de 10.03.2020, atualizada em 16.03.2020). Esta orientação da DGS, que desde logo teve um efeito alargado no cancelamento e adiamento de espetáculos ao vivo de natureza artística, tornou-se posteriormente obrigatória com a declaração de estado de alerta, emitida pelo Governo a 13.03.2020.

Em 18.03.2020, o Presidente da República decretou o estado de emergência e, em 20.03.2020, o Governo procedeu à sua execução. As medidas extraordinárias e de carácter urgente adotadas incluíram o encerramento de instalações e estabelecimentos onde se desenvolvem atividades culturais e artísticas, designadamente praças, locais e instalações tauromáquicas (cfr.art.7º do Decreto do Governo nº2-A(2020 de 20.03.2020).

Em 28.05.2020, na sequência do levantamento do estado de emergência e da adoção de medidas de desconfinamento e de reabertura gradual da economia, a DGS emitiu uma orientação relativa ao funcionamento de equipamentos e atividades culturais com indicação de medidas específicas para salas de espetáculos, de exibição de filmes cinematográficos e similares; livrarias, arquivos e bibliotecas; museus, palácios, monumentos e similares e programação ao ar livre (cfr. Orientação nº28/2020 de 28.05.2020). A orientação da DGS nada refere quanto ao funcionamento de praças, locais e instalações tauromáquicas.

Em 29.05.2020, o Governo determinou que volta a ser permitida a realização de eventos de natureza cultural, desde que sejam respeitadas as orientações da DGS, mantendo, no entanto, encerradas praças, locais e instalações tauromáquicas (cfr. Art.s 3º e 18º da Resolução do Conselho de Ministros nº40-A/2020 de 29.05.2020).

Em 01.06.2020, realizou-se na Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, o espetáculo "Deixem o Pimba em Paz", onde estiveram presentes duas mil pessoas, entre as quais o Primeiro Ministro e a Ministra da Cultura.

Não há motivos para que os espetáculos tauromáquicos tenham um tratamento diferenciado em relação a outros eventos culturais de massas, como espetáculos de música ou dança.

Para efeitos de legislação portuguesa, os espetáculos tauromáquicos são espetáculos de natureza artística, tal como as representações ou atuações nas áreas do teatro, da música ou

da dança e a exibição pública de obras cinematográficas e audiovisuais (cfr. art. 2º, nº2 do Decreto-Lei nº23/2014 de 14 de fevereiro).

Segundo as associações do sector tauromáquico, a pandemia de COVID-19 impediu a realização, de cerca de 70 espetáculos, o que se traduz num prejuízo de quase 5 milhões de euros. A sazonalidade da tauromaquia, entre março e outubro, agrava ainda mais a situação: se a atividade não for retomada brevemente, muitos artistas ficarão sem receita até ao próximo ano.

Em 03.06.2020, o setor tauromáquico, representado pela Associação Portuguesa de Empresários Tauromáquicos (APET), reuniu com a DGS e com a Inspeção Geral de Atividades Culturais (IGAC), com vista á retoma da atividade com a maior brevidade possível. Segundo a APET, a DGS e IGAC comprometeram-se a definir as normas para a reabertura do setor ainda durante o mês de junho.

Assim:

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo recomenda que o Governo da República Portuguesa e a DGS aprovem, com a maior brevidade, as regras de funcionamento dos espetáculos e dos equipamentos tauromáquicos, com vista à reabertura da atividade tauromáquica durante o mês de julho, de forma a minimizar, tanto quanto possível, os prejuízos que os profissionais do setor estão a sofrer devido à pandemia COVID-19.

Montemor-o-Novo, 26 de junho de 2020

Senhora Catarina